

COM BASE NO EDITAL Nº 002, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2025



PEREIRA BARRETO-SP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEREIRA BARRETO - SÃO PAULO

AUXILIAR DE VIDA ESCOLAR

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Raciocínio Lógico-Matemático
- ▶ Noções de Informática
- ▶ Conhecimentos de Direito
- ▶ Conhecimentos Específicos

CONTEÚDO DIGITAL

- ▶ Legislação

BÔNUS
CURSO ON-LINE

- PORTUGUÊS
- INFORMÁTICA





AVISO IMPORTANTE: **Este é um Material de Demonstração**

Este arquivo representa uma prévia exclusiva da apostila.

Aqui, você poderá conferir algumas páginas selecionadas para conhecer de perto a qualidade, o formato e a proposta pedagógica do nosso conteúdo. Lembramos que este não é o material completo.



POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?



- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital.
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada.
- × Dicas práticas, quadros de resumo e linguagem descomplicada.
- × Questões gabaritadas
- × Bônus especiais que otimizam seus estudos.

Aproveite a oportunidade de intensificar sua preparação com um material completo e focado na sua aprovação:
Acesse agora: www.apostilasopcao.com.br

Disponível nas versões impressa e digital, com envio imediato!

Estudar com o material certo faz toda a diferença na sua jornada até a APROVAÇÃO.





PEREIRA BARRETO-SP

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PEREIRA BARRETO -
SÃO PAULO**

AUXILIAR DE VIDA ESCOLAR

**EDITAL Nº 002, DE 14 DE NOVEMBRO DE
2025**

**CÓD: OP-068DZ-25
7908403585779**

ÍNDICE

Língua Portuguesa

1. Fonologia: conceito; encontros vocálicos dígrafos	9
2. Ortoépia; prosódia	10
3. Divisão silábica	11
4. Acentuação	11
5. Ortografia	18
6. Morfologia: estrutura e formação das palavras; classes de palavras	18
7. Sintaxe: termos da oração; período composto; conceito e classificação das orações	30
8. Concordância verbal e nominal	31
9. Regência verbal e nominal	33
10. Crase	35
11. Pontuação	36
12. Semântica: a significação das palavras no texto	40
13. Interpretação de texto	40

Raciocínio Lógico-Matemático

1. Princípio da Regressão ou Reversão	51
2. Lógica dedutiva, argumentativa e quantitativa	52
3. Lógica matemática qualitativa	58
4. Sequências lógicas envolvendo números letras e figuras	61
5. Regra de três simples e compostas	62
6. Razões especiais	64
7. Análise combinatória	65
8. Probabilidade	68
9. Progressões aritmética e geométrica	71
10. Conjuntos: as relações de pertinência, inclusão e igualdade; operações entre conjuntos, união, interseção e diferença .	76
11. Geometria plana e espacial	78
12. Trigonometria	87
13. Conjuntos numéricos	93
14. Equações de 1º e 2º grau	105
15. Inequações de 1º e 2º grau	108
16. Funções de 1º e 2º grau	109
17. Geometria analítica	114
18. Matrizes determinantes e sistemas lineares	120
19. Polinômios	132

ÍNDICE

Noções de Informática

1. Conhecimentos básicos de microcomputadores PC-Hardware	141
2. Noções de Sistemas Operacionais	142
3. MS-DOS.....	143
4. Noções de sistemas de Windows.....	144
5. Noções do processador de texto MS-Word para Windows	146
6. Noções da planilha de cálculo MS-Excel	148
7. Noções básicas de Banco de dados	149
8. Comunicação de dados.....	159
9. Conceitos gerais de equipamentos e operacionalização	160
10. Conceitos básicos de Internet.....	161

Conhecimentos de Direito

1. Constituição Federal de 1988: Dos Princípios Fundamentais	175
2. Dos Direitos e Garantias Fundamentais; Dos direitos sociais	176
3. Da Organização do Estado	182
4. Da Administração Pública	191
5. Da Organização dos Poderes.....	197
6. Da Ordem Social	226
7. Organização Administrativa: Centralização e Descentralização; Autarquia, Fundação, Empresa Pública e Sociedade de Economia Mista	242
8. Lei da improbidade administrativa (Lei nº 8.429/1992, alterada pela Lei nº 14.230, de 25 de outubro de 2021) e suas alterações.....	246
9. Licitações e Contratos Administrativos: Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021 e suas alterações; Dos Princípios; Das Definições; Das Modalidades, Limites, Inexigibilidade e Dispensa; Dos Contratos	255
10. Processo Administrativo na Administração Federal (Lei nº 9.784/99) e suas alterações.....	301
11. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, Lei de Acesso a Informação	307
12. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018: Lei Geral de Proteção de Dados.....	315

ÍNDICE

Conhecimentos Específicos Auxiliar de Vida Escolar

1. Criança e infância: conceito de infância, tipos de famílias e suas historicidades.....	335
2. Bases legais sobre a oferta da Educação Infantil no contexto brasileiro.....	338
3. O direito à educação: a legislação educacional brasileira.....	347
4. RCNEI - Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil.....	353
5. Socialização, interação, cultura, múltiplas linguagens e práticas sociais de educação	360
6. Cuidar e educar.....	363
7. O cotidiano e a rotina na educação infantil: profissionais, currículo, espaço/tempo, avaliação, planejamento e atividades.....	366
8. As concepções de ludicidade: o jogo, brinquedo e brincadeira e suas aplicações no processo de aprendizagem.....	368
9. Contribuições da brincadeira, das interações e da linguagem no processo de aprendizagem e desenvolvimento da criança.....	369
10. A organização das atividades da vida diária: sono, alimentação, higiene e cuidados essenciais.....	373
11. A linguagem e a criança: aquisição da linguagem; relações entre escrita, oralidade, linguagem verbal e não verbal; a criança na sociedade letrada	373
12. Ética profissional.....	376

Conteúdo Digital Legislação

1. Lei Orgânica do Município de Pereira Barreto/SP.....	3
2. Lei nº 845, de 15 de agosto de 1970 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Pereira Barreto	24
3. Constituição Federal (arts. 1º a 11; 29 e 30).....	42
4. Lei de Improbidade Administrativa (Lei n. 8.429, de 2 de junho de 1992) e suas alterações posteriores.....	42
5. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD.....	42

Conteúdo Digital

▪ Para estudar o Conteúdo Digital acesse sua “Área do Cliente” em nosso site, ou siga os passos indicados na página 2 para acessar seu bônus.

<https://www.apostilasopcao.com.br/customer/account/login/>

LÍNGUA PORTUGUESA

FONOLOGIA: CONCEITO; ENCONTROS VOCÁLICOS DÍGRAFOS

Fonologia¹ é o ramo da linguística que estuda o sistema sonoro de um idioma. Ao estudar a maneira como os fones ou fonemas (sons) se organizam dentro de uma língua, classifica-os em unidades capazes de distinguir significados.

²A Fonologia estuda o ponto de vista funcional dos Fonemas.

ESTRUTURA FONÉTICA

► Fonema

O fonema³ é a menor unidade sonora da palavra e exerce duas funções: formar palavras e distinguir uma palavra da outra. Veja o exemplo:

C + A + M + A = CAMA. Quatro fonemas (sons) se combinaram e formaram uma palavra. Se substituirmos agora o som M por N, haverá uma nova palavra, CANA.

A combinação de diferentes fonemas permite a formação de novas palavras com diferentes sentidos. Portanto, os fonemas de uma língua têm duas funções bem importantes: **formar palavras e distinguir uma palavra da outra**.

▪ **Ex.:** mim / sim / gim...

► Letra

A letra é um símbolo que representa um som, é a representação gráfica dos fonemas da fala. É bom saber dois aspectos da letra: **pode representar mais de um fonema ou pode simplesmente ajudar na pronúncia de um fonema**.

Por exemplo, a letra X pode representar os sons X (*enxame*), Z (*exame*), S (*têxtil*) e KS (*sexo*; neste caso a letra X representa dois fonemas – K e S = KS). Ou seja, uma letra pode representar mais de um fonema.

Às vezes a letra é chamada de **diacrítica**, pois vem à direita de outra letra para representar um fonema só. Por exemplo, na palavra *cachaça*, a letra H não representa som algum, mas, nesta situação, ajuda-nos a perceber que CH tem som de X, como em *xaveco*.

Vale a pena dizer que nem sempre as palavras apresentam número idêntico de letras e fonemas.

▪ **Ex.:** bola > 4 letras, 4 fonemas
guia > 4 letras, 3 fonemas

Os fonemas classificam-se em **vogais, semivogais e consoantes**.

► Vogais

São fonemas produzidos livremente, sem obstrução da passagem do ar. São mais tônicos, ou seja, têm a pronúncia mais forte que as semivogais. São o centro de toda sílaba. Podem ser **orais** (timbre aberto ou fechado) ou **nasais** (indicadas pelo ~, m, n). As vogais são A, E, I, O, U, que podem ser representadas pelas letras abaixo. Veja:

A: brasa (oral), lama (nasal)

E: sério (oral), entrada (oral, timbre fechado), dentro (nasal)

I: antigo (oral), índio (nasal)

O: poste (oral), molho (oral, timbre fechado), longe (nasal)

U: saúde (oral), juntar (nasal)

Y: hobby (oral)

Observação: As vogais ainda podem ser tônicas ou átonas.

▪ **Tônica aquela pronunciada com maior intensidade.** Ex.: café, bola, vidro.

▪ **Átona aquela pronunciada com menor intensidade.** Ex.: café, bola, vidro.

► Semivogais

São as letras “e”, “i”, “o”, “u”, representadas pelos fonemas (e, y, o, w), quando formam sílaba com uma vogal. Ex.: No vocábulo “história” a sílaba “ria” apresenta a vogal “a” e a semivogal “i”.

Os fonemas semivocálicos (ou semivogais) têm o som de I e U (apoiados em uma vogal, na mesma sílaba). São menos tônicos (mais fracos na pronúncia) que as vogais. São representados pelas letras I, U, E, O, M, N, W, Y. Veja:

▪ **pai:** a letra I representa uma semivogal, pois está apoiada em uma vogal, na mesma sílaba.

▪ **mouro:** a letra U representa uma semivogal, pois está apoiada em uma vogal, na mesma sílaba.

▪ **mãe:** a letra E representa uma semivogal, pois tem som de I e está apoiada em uma vogal, na mesma sílaba.

▪ **pão:** a letra O representa uma semivogal, pois tem som de U e está apoiada em uma vogal, na mesma sílaba.

▪ **cantam:** a letra M representa uma semivogal, pois tem som de U e está apoiada em uma vogal, na mesma sílaba (= cantau).

▪ **dancem:** a letra N representa uma semivogal, pois tem som de I e está apoiada em uma vogal, na mesma sílaba (= dancêi).

1 <https://bit.ly/36RQAOb>.

2 <https://bit.ly/2slhcYZ>.

3 PESTANA, Fernando. *A gramática para concursos públicos*. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

AMOSTRA

- **hífen**: a letra N representa uma semivogal, pois tem som de l e está apoiada em uma vogal, na mesma sílaba (= híff*êi*).
- **glutens**: a letra N representa uma semivogal, pois tem som de l e está apoiada em uma vogal, na mesma sílaba (= glut*êis*).
- **windsurf**: a letra W representa uma semivogal, pois tem som de U e está apoiada em uma vogal, na mesma sílaba.
- **office boy**: a letra Y representa uma semivogal, pois tem som de l e está apoiada em uma vogal, na mesma sílaba.

Quadro de vogais e semivogais	
Fonemas	Regras
A	Apenas VOGAL
E - O	VOGAIS, exceto quando está com A ou quando estão juntas (Neste caso a segunda é semivogal)
I - U	SEMIVOGAIS, exceto quando formam um hiato ou quando estão juntas (Neste caso a letra "i" é vogal)
AM	Quando aparece no final da palavra é SEMIVOGAL. Ex.: Danç <i>am</i>
EM - EN	Quando aparecem no final de palavras são SEMIVOGAIS. Ex.: Mont <i>em</i> / Pólen

► Consoantes

São fonemas produzidos com interferência de um ou mais órgãos da boca (dentes, língua, lábios). Todas as demais letras do alfabeto representam, na escrita, os fonemas consonantais: B, C, D, F, G, H, J, K, L, M, N, P, Q, R, S, T, V, W (com som de V, *Wagner*), X, Z.

ENCONTROS VOCÁLICOS

Como o nome sugere, é o contato entre fonemas vocálicos. Há três tipos:

► Hiato

Ocorre hiato quando há o encontro de duas vogais, que acabam ficando em sílabas separadas (Vogal – Vogal), porque só pode haver uma vogal por sílaba.

- Ex.: sa-í-da, ra-i-nha, ba-ús, ca-ís-te, tu-cu-mã-í, su-cu-u-ba, ru-im, jú-ni-or.

► Ditongo

Existem dois tipos: crescente ou decrescente (oral ou nasal).

- **Crescente (SV + V, na mesma sílaba)**. Ex.: magistério (oral), série (oral), várzea (oral), quota (oral), quatorze (oral), enquanto (nasal), cinquenta (nasal), quinquênio (nasal).

- **Decrescente (V + SV, na mesma sílaba)**. Ex.: item (nasal), amam (nasal), sêmen (nasal), câibra (nasal), caule (oral), ouro (oral), veia (oral), fluido (oral), vaidade (oral).

► Tritongo

O tritongo é a união de SV + V + SV na mesma sílaba; pode ser oral ou nasal. Ex.: saguão (nasal), Paraguai (oral), enxáguem (nasal), averiguou (oral), deságum (nasal), aguei (oral).

ENCONTROS CONSONANTAIS

Ocorre quando há um grupo de consoantes sem vogal intermediária. Ex.: flor, grade, digno.

- **Dígrafos**: duas letras representadas por um único fonema. Ex.: passo, chave, telha, guincho, aquilo.

Os dígrafos podem ser consonantais e vocálicos.

- **Consonantais**: ch (chuva), sc (nascer), ss (osso), sç (desça), lh (filho), xc (excelente), qu (quente), nh (vinho), rr (ferro), gu (guerra).

- **Vocálicos**: am, an (tampa, canto), em, en (tempo, vento), im, in (limpo, cinto), om, on (comprar, tonto), um, un (tumba, mundo).

LEMBRE-SE!

Nos dígrafos, as duas letras representam um só fonema; nos encontros consonantais, cada letra representa um fonema.

ORTOÉPIA; PROSÓDIA

¹Ligando-se diretamente à correta produção dos fonemas e à perfeita colocação do acento tônico nas palavras, existem duas partes da gramática que se preocupam com a pronúncia-padrão do português. São elas a **ortoépia** e a **prosódia**.

► Ortoépia

É a correta articulação e pronúncia dos grupos fônicos, e está relacionada com a perfeita emissão das vogais, a correta articulação das consoantes e a ligação de vocábulos dentro de contextos.

Dessa forma, são comuns erros como: “róba” em vez de rouba, “alejar” em vez de aleijar, “adivogado” em vez de advogado.

► Cacoépia

São os erros cometidos contra a ortoépia.

Ex.: - Pronunciar erradamente vogais quanto ao timbre.

Pronúncia correta, timbre fechado (ê, ô): omelete, alcova, crosta.

Pronúncia errada, timbre aberto (é, ó): omelete, alcova, crosta.

- **Omitir fonemas**: cantar – “cantá” / trabalhar – “trabalhá” / amor – “amô” / abóbora – “abóbora” / prostrar – “prostar” / reivindicar – “reividicar”.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

PRINCÍPIO DA REGRESSÃO OU REVERSÃO

PRINCÍPIO DA REGRESSÃO

Esta técnica consiste em determinar um valor inicial pedido pelo problema a partir de um valor final dado. Ou seja, é um método para resolver alguns problemas do primeiro grau, ou seja, problemas que recaem em equações do primeiro grau, de "trás para frente".

► Operações

Você precisa saber transformar algumas operações:

- **Soma:** a regressão é feita pela subtração.
- **Subtração:** a regressão é feita pela soma.
- **Multiplicação:** a regressão é feita pela divisão.
- **Divisão:** a regressão é feita pela multiplicação

Exemplo 1: (SENAI)

O sr. Altair deu muita sorte em um programa de capitalização bancário. Inicialmente, ele apresentava um saldo devedor X no banco, mas resolveu depositar 500 reais, o que cobriu sua dívida e ainda lhe sobrou uma certa quantia A. Essa quantia A, ele resolveu aplicar no programa e ganhou quatro vezes mais do que tinha, ficando então com uma quantia B. Uma segunda vez, o sr. Altair resolveu aplicar no programa, agora a quantia B que possuía, e novamente saiu contente, ganhou três vezes o valor investido. Ao final, ele passou de devedor para credor de um valor de R\$ 3 600,00 no banco. Qual era o saldo inicial X do sr. Altair?

- (A) -R\$ 350,00.
- (B) -R\$ 300,00.
- (C) -R\$ 200,00.
- (D) -R\$ 150,00.
- (E) -R\$ 100,00.

Resolução:

Devemos partir da última aplicação. Sabemos que a última aplicação é 3B, logo:

$$3B = 3600 \rightarrow B = 3600/3 \rightarrow B = 1200$$

A 1ª aplicação resultou em B e era 4A: $B = 4A \rightarrow 1200 = 4A \rightarrow A = 1200/4 \rightarrow A = 300$

A é o saldo que sobrou do pagamento da dívida X com os 500 reais: $A = 500 - X \rightarrow 300 = 500 - X \rightarrow$

$$X = 300 - 500 \rightarrow -X = -200. (-1) \rightarrow X = 200.$$

Como o valor de X representa uma dívida representamos com o sinal negativo: a dívida era de R\$ -200,00.

Resposta: C

Exemplo 2: (IDECAN)

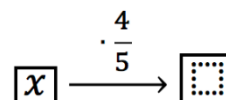
Um pai deu a seu filho mais velho $1/5$ das balinhas que possuía e chupou 3. Ao filho mais novo deu $1/3$ das balinhas que sobraram mais 2 balinhas. Ao filho do meio, João, deu $1/6$ das balinhas que sobraram, após a distribuição ao filho mais novo. Sabe-se que o pai ainda ficou com 30 balinhas. Quantas balinhas ele possuía inicialmente?

- (A) 55
- (B) 60
- (C) 75
- (D) 80
- (E) 100

Resolução:

Basta utilizar o princípio da reversão e resolver de trás para frente. Antes, vamos montar o nosso diagrama. Digamos que o pai possuía x balinhas inicialmente.

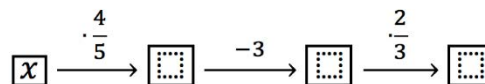
Se o pai deu $1/5$ das balinhas para o filho mais velho, então ele ficou com $4/5$ das balinhas.



Se ele chupou 3 balas, vamos diminuir 3 unidades do total que restou.



Ao filho mais novo, deu $1/3$ das balinhas. Assim, sobraram $2/3$ das balinhas.

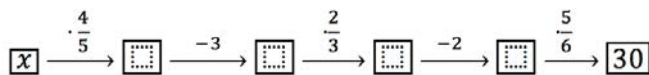


Em seguida, ele deu mais duas balinhas para o filho mais novo. Assim, vamos subtrair duas balinhas.



AMOSTRA

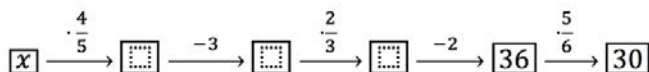
Finalmente, ele deu $\frac{1}{6}$ do restante para o filho do meio. Assim, restaram $\frac{5}{6}$ das balinhas, que corresponde a 30 balinhas.



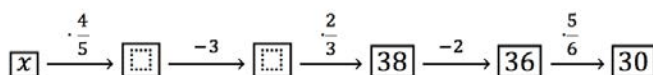
Agora é só voltar realizando as operações inversas.

Se na ida nós multiplicamos por $\frac{5}{6}$, na volta nós devemos dividir por $\frac{5}{6}$, ou seja, devemos multiplicar por $\frac{6}{5}$.

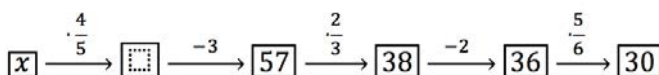
Vamos preencher o penúltimo quadradinho com $30 \cdot \frac{6}{5} = 36$.



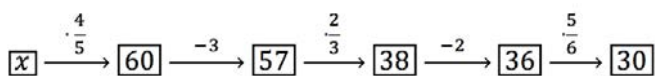
Se na ida nós subtraímos 2, então na volta devemos adicionar 2. Vamos preencher o quadradinho anterior com $36 + 2 = 38$.



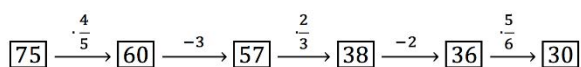
Seguindo o mesmo raciocínio, o próximo quadradinho será preenchido por $38 \cdot \frac{3}{2} = 57$.



Agora temos $57 + 3 = 60$.



Finalmente, temos $60 \cdot \frac{5}{4} = 75$.



Resposta: C

LÓGICA DEDUTIVA, ARGUMENTATIVA E QUANTITATIVA

LÓGICA DE ARGUMENTAÇÃO

A retórica é um conjunto de técnicas para persuadir através do discurso ou o estudo e a prática da argumentação.

O conjunto de técnicas implica em conhecimentos teóricos e práticas para atingir um objetivo.

A retórica se refere às técnicas que permitem persuadir ou convencer através do discurso, que tem como intuito, convencer unicamente através do uso da palavra.

A obra Retórica, de Aristóteles contém as bases do raciocínio retórico como argumentativo. De acordo com Aristóteles, a retórica parece ser capaz de descobrir os meios de persuasão relativos a cada assunto.

A retórica, defende Aristóteles, é aplicável a qualquer assunto, apesar de não ter um objeto determinado, exerce-se num âmbito muito definido, o âmbito do discurso feito em público com fins persuasivos.

Aristóteles distingue três espécies de discurso público:

- O discurso deliberativo ou político, que decorre numa assembleia ou conselho e visa mostrar a vantagem ou desvantagem de uma ação, é exortativo;
- O discurso judicial ou forense, que decorre perante um tribunal e visa mostrar a justiça ou injustiça do que foi feito, é de acusação ou de defesa;
- E o discurso demonstrativo, que se destina a louvar ou a censurar uma pessoa ou coisa, mostrando a virtude ou defeito.

A Retórica é, para Aristóteles, uma arte que o orador pode aperfeiçoar. Para isso, dispõe de meios de persuasão, técnicos e determina-se a partir de três domínios distintos e constituem-se igualmente em três tipos de estratégias argumentativas.

São elas:

- **O ethos:** que remete para o carácter do orador;
- **O pathos:** que implica o estado emocional do auditório despertado pelo orador;
- **O logos [argumento]:** que assenta na própria argumentação.

Citamos os três tipos para satisfazer a curiosidade e trazer mais erudição ao texto, mas o que interessa para os concursos relacionados ao ensino médio, é o caso 3.

No caso 1 obtém-se a persuasão quando o próprio discurso e a notoriedade causam, nos ouvintes, a impressão de que o orador é digno de confiança. Para inspirar confiança, o orador deve mostrar inteligência e racionalidade, um carácter virtuoso, disposição e gostar do que está fazendo.

No caso 2 obtém-se a persuasão quando o próprio discurso suscita nos ouvintes sensação receptiva.

No caso 3 obtém-se a persuasão por meio de argumentos verdadeiros ou prováveis que levam os ouvintes e/ou leitores, a acreditar que a perspectiva do comunicador é correta. Uma estratégia centrada no logos (os argumentos e a sua apresentação) é dirigida à racionalidade do auditório.

Nesse caso a retórica é a ferramenta para o uso de argumentos lógicos no sentido de convencer pela verdade ou tautologia das premissas e conclusões em várias etapas. Se houver má intenção, pode-se usar argumentos falaciosos (explicado à frente).

► Analogias

É uma característica do gênero humano observar objetos e compará-los, é esse o modo de aprendizagem mais simples. Observa-se e se busca algo semelhante na memória, se não encontra, ocorre um novo aprendizado. A ciência evoluiu buscando modelos para representar a realidade, lembre-se de modelos atômicos. Nem sempre os modelos representam bem a

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

CONHECIMENTOS BÁSICOS DE MICROCOMPUTADORES PC-HARDWARE

Hardware

O hardware é a parte física do computador, composta por todos os componentes e dispositivos que podem ser tocados, como placas, cabos, memórias, dispositivos de entrada e saída, entre outros. Ele é dividido em várias categorias com base em sua função: componentes internos, dispositivos de entrada, dispositivos de saída e dispositivos de armazenamento.

Componentes Internos

- **Placa-mãe (Motherboard):** É o principal componente do computador, responsável por conectar todos os outros dispositivos. Ela contém slots para o processador, memória RAM, discos de armazenamento e placas de expansão.
- **Processador (CPU - Central Processing Unit):** Conhecido como o “cérebro” do computador, o processador executa as instruções dos programas e realiza cálculos. Ele é dividido em:
 - **Unidade de Controle (UC):** Gerencia a execução das instruções.
 - **Unidade Lógica e Aritmética (ULA):** Realiza cálculos matemáticos e operações lógicas.
 - **Memória RAM (Random Access Memory):** Uma memória volátil e temporária usada para armazenar dados dos programas em execução. Perde seu conteúdo ao desligar o computador.
 - **Memória ROM (Read Only Memory):** Uma memória não volátil que armazena instruções permanentes, como o BIOS, essencial para inicializar o computador.
 - **Memória Cache:** Uma memória extremamente rápida que armazena dados frequentemente usados pelo processador, acelerando o desempenho.
- **Placa de Vídeo (GPU - Graphics Processing Unit):** Responsável por processar imagens e vídeos, essencial para gráficos avançados e jogos.
- **Fonte de Alimentação:** Fornece energia elétrica para todos os componentes do computador.
- **Placa de Rede:** Permite a conexão do computador a redes locais ou à internet, podendo ser com fio ou sem fio.

Dispositivos de Entrada

- **Teclado:** Permite inserir informações no computador através de teclas.
- **Mouse:** Facilita a interação com interfaces gráficas.
- **Microfone:** Capta áudio para comunicação ou gravação.

- **Scanner:** Converte documentos físicos em arquivos digitais.
- **Webcam:** Captura imagens e vídeos.

Dispositivos de Saída

- **Monitor:** Exibe imagens, vídeos e informações ao usuário.
- **Impressora:** Produz cópias físicas de documentos ou imagens.
- **Caixas de Som/Fones de Ouvido:** Reproduzem áudio.
- **Projetores:** Apresentam imagens ou vídeos em grandes superfícies.

Dispositivos de Entrada e Saída (I/O)

Alguns dispositivos desempenham as duas funções:

- **Pen Drives:** Permitem armazenar dados e transferi-los.
- **Touchscreen:** Combina entrada (toque) e saída (exibição).
- **Impressoras Multifuncionais:** Funcionam como scanner e impressora.

Dispositivos de Armazenamento

- **HD (Hard Disk):** Um disco magnético usado para armazenar grandes quantidades de dados de forma permanente.
- **SSD (Solid State Drive):** Uma unidade de armazenamento mais rápida e resistente que o HD, usada para maior desempenho.
- **Memórias Externas:** Incluem pen drives, cartões de memória e discos rígidos externos.
- **Mídias Ópticas:** CDs, DVDs e Blu-rays, que armazenam dados de forma durável.
- **CD (Compact Disc):** Armazena até 700 MB de dados.
- **DVD (Digital Versatile Disc):** Armazena entre 4,7 GB (camada única) e 8,5 GB (duas camadas).
- **Blu-ray:** Armazena até 25 GB por camada.

Software

O software é a parte lógica do computador, composta pelos programas que permitem a execução de tarefas e o funcionamento do hardware. Ele é classificado em software de sistema, software de aplicação e software utilitário.

Software de Sistema

O software de sistema gerencia os recursos do computador e serve como interface entre o hardware e o usuário. O principal exemplo é o sistema operacional (SO). O SO controla todos os dispositivos e fornece uma plataforma para a execução de programas. Exemplos incluem:

- **Windows:** Popular em computadores pessoais e empresariais.



AMOSTRA

- **Linux:** Sistema operacional de código aberto, amplamente utilizado em servidores e por usuários avançados.
- **macOS:** Exclusivo para computadores da Apple.
- **Android e iOS:** Sistemas operacionais para dispositivos móveis.

Software de Aplicação

O software de aplicação é projetado para ajudar os usuários a realizar tarefas específicas. Exemplos incluem:

- **Microsoft Office:** Ferramentas como Word, Excel e PowerPoint.
- **Navegadores de Internet:** Google Chrome, Mozilla Firefox e Safari.
- **Softwares Gráficos:** Adobe Photoshop e CorelDRAW.
- **Jogos:** Programas interativos voltados para entretenimento.

Software Utilitário

Os softwares utilitários são usados para realizar tarefas de manutenção e otimização do sistema. Exemplos:

- **Antivírus:** Protegem o computador contra malware.
- **Gerenciadores de Arquivos:** Auxiliam na organização e manipulação de arquivos.
- **Compactadores de Arquivos:** Como WinRAR e 7-Zip, que reduzem o tamanho dos arquivos.

NOÇÕES DE SISTEMAS OPERACIONAIS

O sistema operacional (SO) é um software essencial que atua como intermediário entre o hardware do computador e os programas executados pelos usuários. Sua principal função é gerenciar os recursos do sistema, garantindo que esses elementos sejam utilizados de maneira eficiente, segura e organizada. Além disso, o sistema operacional oferece uma interface que facilita a interação entre o usuário e a máquina. Dentre as funções de um Sistema Operacional estão:

Gerenciamento de Processos

O SO controla a execução de processos (programas em execução), realizando a alocação adequada dos recursos e coordenando a execução simultânea de múltiplos processos, o que permite a multitarefa. Para isso, utiliza algoritmos de escalonamento que definem a ordem e o tempo de uso do processador por cada processo. Entre os principais algoritmos, destacam-se:

- **First-Come, First-Served (FCFS):** atende os processos por ordem de chegada.
- **Round Robin:** distribui o tempo de CPU igualmente entre os processos.
- **Escalonamento por Prioridade:** seleciona processos com base em níveis de prioridade.

Esses mecanismos evitam que processos fiquem bloqueados indefinidamente e otimizam o desempenho do sistema.

Gerenciamento de Memória

O SO é responsável por controlar o uso da memória principal (RAM), assegurando que cada programa receba o espaço necessário sem conflitos. Além da alocação física, o sistema pode utilizar memória virtual, que simula memória adicional usando parte do disco rígido. Essa técnica permite que múltiplos programas sejam executados mesmo em sistemas com pouca RAM. Duas abordagens comuns na memória virtual são:

- **Paginação:** divide a memória em blocos de tamanho fixo (páginas).
- **Segmentação:** organiza a memória com base nas estruturas lógicas dos programas.

Gerenciamento de Dispositivos de Entrada e Saída

O sistema operacional controla o acesso e a comunicação entre os programas e os periféricos do computador, como teclados, mouses, impressoras e discos rígidos. Um exemplo importante é o spooler de impressão, que armazena temporariamente os trabalhos de impressão em uma fila, permitindo que sejam processados de forma ordenada e sem conflitos, mesmo quando múltiplos usuários enviam documentos simultaneamente.

Gerenciamento de Arquivos

O SO organiza os dados armazenados em dispositivos como discos rígidos e unidades externas. Ele permite criar, acessar, modificar e excluir arquivos e diretórios de maneira eficiente. Para isso, utiliza sistemas de arquivos que definem como os dados são estruturados no armazenamento. Alguns formatos comuns de sistemas de arquivos incluem:

- **FAT32:** amplamente compatível, mas limitado no tamanho máximo de arquivos.
- **NTFS:** padrão do Windows, oferece recursos como permissões, compressão e criptografia.
- **EXT4:** utilizado em sistemas Linux, oferece alta confiabilidade e desempenho.

Além disso, o sistema operacional fornece interfaces que permitem ao usuário organizar arquivos em pastas e subpastas, renomear, copiar, mover ou excluir itens. Também é possível instalar e gerenciar programas, acessando-os por meio de menus, atalhos ou ferramentas de pesquisa.

Segurança e Proteção

O sistema operacional implementa mecanismos de segurança para proteger os dados e recursos contra acessos não autorizados e falhas. Isso inclui:

- Autenticação de usuários (por senha, biometria etc.);
- Controle de permissões de acesso a arquivos e programas;
- Isolamento entre processos, evitando que ações maliciosas prejudiquem o sistema como um todo.

Exemplos de Sistemas Operacionais

Diversos sistemas operacionais são utilizados em diferentes plataformas. Entre os principais, destacam-se:

- **Windows:** Desenvolvido pela Microsoft, é um dos mais populares em computadores pessoais e corporativos.
- **macOS:** Sistema da Apple, exclusivo para os computadores da linha Mac.



CONHECIMENTOS DE DIREITO

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988: DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

► Forma, Sistema e Fundamentos da República

Papel dos Princípios e o Neoconstitucionalismo:

Os princípios abandonam sua função meramente subsidiária na aplicação do Direito, quando serviam tão somente de meio de integração da ordem jurídica (na hipótese de eventual lacuna) e vetor interpretativo, e passam a ser dotados de elevada e reconhecida normatividade.

Princípio Federativo:

Significa que a União, os Estados-membros, o Distrito Federal e os Municípios possuem autonomia, caracteriza por um determinado grau de liberdade referente à sua organização, à sua administração, à sua normatização e ao seu Governo, porém limitada por certos princípios consagrados pela Constituição Federal.

Princípio Republicano:

É uma forma de Governo fundada na igualdade formal entre as pessoas, em que os detentores do poder político exercem o comando do Estado em caráter eletivo, representativo, temporário e com responsabilidade.

Princípio do Estado Democrático de Direito:

O Estado de Direito é aquele que se submete ao império da lei. Por sua vez, o Estado democrático caracteriza-se pelo respeito ao princípio fundamental da soberania popular, vale dizer, funda-se na noção de Governo do povo, pelo povo e para o povo.

Princípio da Soberania Popular:

O parágrafo único do Artigo 1º da Constituição Federal revela a adoção da soberania popular como princípio fundamental ao prever que “Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”.

Princípio da Separação dos Poderes:

A visão moderna da separação dos Poderes não impede que cada um deles exerça atipicamente (de forma secundária), além de sua função típica (preponderante), funções atribuídas a outro Poder.

Vejamos abaixo, os dispositivos constitucionais

TÍTULO I DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui - se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

I - a soberania;

II - a cidadania

III - a dignidade da pessoa humana;

IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; (Vide Lei nº 13.874, de 2019)

V - o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

► Objetivos Fundamentais da República

Os Objetivos Fundamentais da República estão elencados no Artigo 3º da CF/88. Vejamos:

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II - garantir o desenvolvimento nacional;

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação..

► Princípios de Direito Constitucional Internacional

Os Princípios de Direito Constitucional Internacional estão elencados no Artigo 4º da CF/88. Vejamos:

Art. 4º A República Federativa do Brasil rege - se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

I - independência nacional;

II - prevalência dos direitos humanos;

III - autodeterminação dos povos;

IV - não - intervenção;

V - igualdade entre os Estados;

VI - defesa da paz;

VII - solução pacífica dos conflitos;

VIII - repúdio ao terrorismo e ao racismo;

IX - cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;

X - concessão de asilo político.

AMOSTRA

Parágrafo único. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS; DOS DIREITOS SOCIAIS

DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

Os direitos individuais estão elencados no caput do Artigo 5º da CF. São eles:

► Direito à Vida

O direito à vida deve ser observado por dois prismas: o direito de permanecer vivo e o direito de uma vida digna.

O direito de permanecer vivo pode ser observado, por exemplo, na vedação à pena de morte (salvo em caso de guerra declarada).

Já o direito à uma vida digna, garante as necessidades vitais básicas, proibindo qualquer tratamento desumano como a tortura, penas de caráter perpétuo, trabalhos forçados, cruéis, etc.

► Direito à Liberdade

O direito à liberdade consiste na afirmação de que ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa, senão em virtude de lei. Tal dispositivo representa a consagração da autonomia privada.

Trata-se a liberdade, de direito amplo, já que compreende, dentre outros, as liberdades: de opinião, de pensamento, de locomoção, de consciência, de crença, de reunião, de associação e de expressão.

► Direito à Igualdade

A igualdade, princípio fundamental proclamado pela Constituição Federal e base do princípio republicano e da democracia, deve ser encarada sob duas óticas, a igualdade material e a igualdade formal.

A igualdade formal é a identidade de direitos e deveres concedidos aos membros da coletividade por meio da norma.

Por sua vez, a igualdade material tem por finalidade a busca da equiparação dos cidadãos sob todos os aspectos, inclusive o jurídico. É a consagração da máxima de Aristóteles, para quem o princípio da igualdade consistia em tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais na medida em que eles se desigualem.

Sob o pálio da igualdade material, caberia ao Estado promover a igualdade de oportunidades por meio de políticas públicas e leis que, atentos às características dos grupos menos favorecidos, compensassem as desigualdades decorrentes do processo histórico da formação social.

► Direito à Privacidade

Para o estudo do Direito Constitucional, a privacidade é gênero, do qual são espécies a intimidade, a honra, a vida privada e a imagem. De maneira que, os mesmos são invioláveis e a eles assegura-se o direito à indenização pelo dano moral ou material decorrente de sua violação.

► Direito à Honra

O direito à honra almeja tutelar o conjunto de atributos pertinentes à reputação do cidadão sujeito de direitos, exatamente por tal motivo, são previstos no Código Penal.

► Direito de Propriedade

É assegurado o direito de propriedade, contudo, com restrições, como por exemplo, de que se atenda à função social da propriedade. Também se enquadram como espécies de restrição do direito de propriedade, a requisição, a desapropriação, o confisco e o usucapião.

Do mesmo modo, é no direito de propriedade que se asseguram a inviolabilidade do domicílio, os direitos autorais (propriedade intelectual) e os direitos reativos à herança.

Destes direitos, emanam todos os incisos do Art. 5º, da CF/88, conforme veremos abaixo:

TÍTULO II

DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

CAPÍTULO I

DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo - se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;

II - ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;

III - ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante;

IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;

V - é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;

VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;

VII - é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva;

VIII - ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir - se de obrigação legal a todos imposta e recusar - se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei;

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CRIANÇA E INFÂNCIA: CONCEITO DE INFÂNCIA, TIPOS DE FAMÍLIAS E SUAS HISTORICIDADES

► Conceito de Infância

O conceito de infância, como o entendemos hoje, é uma construção social e histórica que passou por transformações significativas ao longo dos séculos. Longe de ser uma ideia universal e atemporal, a infância ganhou diferentes significados em diversas épocas e culturas, refletindo os valores, crenças e conhecimentos de cada sociedade.

No entanto, atualmente, é reconhecida como uma fase do desenvolvimento humano com características, direitos e necessidades específicas, o que influencia diretamente a educação, as políticas públicas e o papel das famílias e das instituições educacionais.

► Infância na Idade Média: Criança como “Pequeno Adulto”

Na Idade Média, a infância não era reconhecida como uma fase distinta da vida. Segundo o historiador francês Philippe Ariès, as crianças eram vistas como “pequenos adultos”, e, após a superação dos primeiros anos de sobrevivência – fase em que a mortalidade infantil era alta –, elas rapidamente se integravam às atividades dos adultos.

Nesse período, não havia uma educação voltada especificamente para as crianças; em vez disso, elas participavam da vida adulta desde cedo, ajudando nas tarefas familiares ou, em classes sociais mais elevadas, sendo educadas para funções específicas na sociedade.

Características da visão de infância medieval:

- Ausência de uma educação formal e separada para as crianças.
- Rápida inserção nas responsabilidades e rotinas dos adultos.
- Desvalorização da infância como período com necessidades específicas de cuidado e desenvolvimento.

► A Infância na Idade Moderna: Surgimento da Proteção e Educação Infantil

Foi somente a partir dos séculos XVII e XVIII, com o advento da Idade Moderna e a ascensão da burguesia, que a visão da infância começou a mudar. O pensamento iluminista trouxe a ideia de que as crianças eram naturalmente “inocentes” e “puras”, e que necessitavam de proteção e orientação para se desenvolverem adequadamente.

O filósofo Jean-Jacques Rousseau, em sua obra “Emílio, ou Da Educação” (1762), argumentou que as crianças eram diferentes dos adultos em suas capacidades e deveriam ser educadas de forma específica e cuidadosa. Rousseau via a educação como um

processo de desenvolvimento natural, defendendo que a infância é uma fase a ser respeitada.

Principais transformações no conceito de infância na Idade Moderna:

- Crianças passaram a ser vistas como seres “inocentes” e “puras”, com uma identidade própria.
- A educação e o cuidado infantil ganharam importância como formas de formação moral e intelectual.
- Instituições educacionais voltadas especificamente para crianças começaram a se estabelecer.

► Infância no Século XIX: Industrialização e Reconhecimento da Educação Formal

No século XIX, a Revolução Industrial e o crescimento das cidades impulsionaram uma nova visão sobre a infância. Com o desenvolvimento das fábricas, crianças de famílias pobres foram amplamente utilizadas como mão de obra barata.

Essa situação gerou preocupações sociais e morais, levando à criação de leis que restringiam o trabalho infantil e protegiam os direitos das crianças. Paralelamente, a educação passou a ser vista como essencial, resultando na implementação de sistemas de ensino obrigatório em vários países ocidentais.

Impactos da Revolução Industrial no conceito de infância:

- A legislação de proteção à infância começou a surgir, limitando o trabalho infantil.
- A educação pública e gratuita para crianças passou a ser valorizada e promovida.
- O conceito de infância como fase de aprendizado e preparação para a vida adulta consolidou-se.

► Infância no Século XX: Direitos das Crianças e Expansão da Educação Infantil

No século XX, especialmente após as duas guerras mundiais, a infância passou a ser amplamente protegida por políticas públicas, convenções internacionais e direitos específicos. Em 1959, a Declaração dos Direitos da Criança da ONU foi adotada, afirmando o direito das crianças à proteção, à educação e ao desenvolvimento saudável.

Três décadas depois, em 1989, a Convenção sobre os Direitos da Criança consolidou ainda mais esses direitos, reconhecendo as crianças como sujeitos de direitos. Nesse contexto, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) foi instituído no Brasil em 1990, garantindo proteção integral e assegurando direitos fundamentais à infância.

AMOSTRA

Principais características do conceito de infância contemporâneo:

- Crianças são vistas como sujeitos de direitos, merecedores de proteção e respeito.
- A educação infantil e os cuidados adequados tornaram-se direitos básicos.
- Instituições educativas passaram a adotar uma abordagem centrada no desenvolvimento integral da criança.

► Infância no Século XXI: Diversidade e Inclusão

No século XXI, a concepção de infância tornou-se ainda mais ampla e inclusiva, considerando a diversidade cultural, econômica e social das crianças em diferentes contextos. As políticas educacionais e sociais buscam não apenas garantir o acesso à educação, mas também promover ambientes que respeitem as diferenças individuais e garantam o desenvolvimento integral de todas as crianças.

A inclusão de crianças com necessidades especiais, o reconhecimento de diferentes tipos de famílias e a promoção de um ambiente escolar acolhedor e respeitoso são alguns dos desafios atuais que refletem a evolução contínua da compreensão sobre a infância.

O conceito de infância evoluiu de uma visão onde crianças eram “pequenos adultos” para uma compreensão ampla e complexa que reconhece a infância como uma fase crucial, com características e necessidades próprias.

Esse entendimento norteia a educação contemporânea, orientando práticas pedagógicas e políticas públicas voltadas ao desenvolvimento integral e à proteção dos direitos das crianças. Na educação, isso exige um ambiente que respeite a diversidade, promova a inclusão e acolha as diferenças, contribuindo para a formação de uma sociedade mais justa e igualitária.

► Tipos de Famílias e suas Historicidades

A estrutura familiar é um componente essencial da formação social e emocional de qualquer sociedade, refletindo mudanças culturais, econômicas e políticas ao longo da história. Com o passar do tempo, as configurações familiares passaram por transformações que impactaram diretamente a educação, os papéis sociais e a legislação, especialmente em relação ao desenvolvimento infantil.

► Família Nuclear

A família nuclear, composta tradicionalmente por pai, mãe e filhos, tornou-se um modelo dominante durante a Revolução Industrial, no século XIX, principalmente em países ocidentais. Essa estrutura é associada ao ideal burguês de família autossuficiente, em que o pai atuava como provedor financeiro e a mãe como cuidadora doméstica e educadora dos filhos.

- **Origem e popularização:** Surgiu no contexto da industrialização, quando famílias passaram a viver em unidades menores, próximas ao trabalho do chefe de família.
- **Cultura:** Esse modelo foi amplamente promovido como “ideal” nos Estados Unidos e na Europa, especialmente na metade do século XX, com forte influência sobre políticas públicas e práticas educacionais.
- **Legado e mudança:** Embora ainda seja um modelo

predominante em muitas sociedades, a família nuclear foi desafiada pela diversidade social e pelas novas configurações familiares do final do século XX e início do século XXI.

► Família Estendida

A família estendida inclui parentes além do núcleo pai-mãe-filhos, como avós, tios, primos e outros membros que convivem e compartilham responsabilidades e recursos. Esse modelo é comum em sociedades agrárias e em contextos onde a coabitação é necessária para a sustentabilidade econômica.

- **Origem e função social:** Em sociedades pré-industriais, essa configuração era essencial para a sobrevivência em comunidades agrícolas, onde cada membro desempenhava um papel no sustento e no cuidado das crianças.
- **Cultura de cooperação:** A família estendida promove um senso de comunidade e apoio mútuo, uma vez que a criação das crianças é uma responsabilidade coletiva.
- **Presença atual:** Hoje, as famílias estendidas ainda são comuns em áreas rurais e em contextos urbanos de baixa renda, onde a coabitação auxilia na divisão de despesas e na educação das crianças.

► Família Monoparental

A família monoparental, formada por um único responsável (mãe ou pai), tornou-se mais visível no século XX devido ao aumento dos divórcios, à maior independência das mulheres e à quebra de estigmas sociais em relação à criação independente dos filhos.

- **Evolução:** No passado, famílias monoparentais eram raras e muitas vezes vistas com estigma. Com a ascensão dos direitos femininos e mudanças nas legislações de divórcio, tornou-se mais comum que mulheres assumissem a responsabilidade familiar sozinhas.
- **Cenário contemporâneo:** A monoparentalidade é reconhecida hoje como uma estrutura familiar legítima e encontra apoio em políticas públicas que promovem assistência social e programas educacionais inclusivos.
- **Desafios e apoios:** Esse modelo requer atenção especial em políticas sociais e educacionais, já que o único provedor enfrenta desafios adicionais, como conciliar trabalho e cuidado infantil.

► Família Reconstituída

A família reconstituída é aquela em que ao menos um dos adultos traz filhos de relacionamentos anteriores, formando uma nova estrutura familiar com novos cônjuges e, possivelmente, novos irmãos.

- **Crescimento:** Esse modelo se tornou mais frequente a partir dos anos 1970, quando o divórcio passou a ser mais comum e socialmente aceito.
- **Configuração:** Essas famílias enfrentam desafios relacionados à adaptação de novos papéis e à convivência entre filhos de diferentes relações, o que pode demandar abordagens educacionais e psicológicas específicas.
- **Apoio social:** A estrutura reconstituída demanda compreensão e flexibilidade social, uma vez que diferentes adultos assumem papéis parentais, com vínculos de afeto e disciplina





GOSTOU DESSE MATERIAL?

Imagine o impacto da versão **COMPLETA** na sua preparação. É o passo que faltava para garantir aprovação e conquistar sua estabilidade. Ative já seu **DESCONTO ESPECIAL!**

EU QUERO SER APROVADO!

